



DIREITO À CIDADE E RESISTÊNCIA: A LUTA PELA REABERTURA DO CAPS DA PONTA DO CORAL EM FLORIANÓPOLIS

Stella Maris Meira da Veiga

UNIVALI | stellaveiga50@gmail.com

Elson Manoel Pereira

UFSC | elsonmp@hotmail.com

Sessão Temática X: Território, lutas sociais e planejamento em contexto de conflito

Resumo: O artigo aborda a luta do Movimento AlegreMente pela reabertura do Centro de Atenção Psicossocial CAPS-Ponta do Coral, fechado desde 2019 em Florianópolis, e sua reabertura em 2024. A hipótese central é que a luta organizada pelo movimento garantiu a reforma das instalações do CAPS dando condições para sua permanência em sua localização original, valorizada pelo capital imobiliário e turístico da cidade. A pesquisa se fundamenta nos conceitos de *direito à cidade* e *heterotopia* de Henri Lefebvre, analisando como o forte sentimento de pertencimento dos membros do movimento foi crucial. Ao explorar as estratégias de mobilização e as dinâmicas de luta, o artigo destaca a importância da participação social na preservação de espaços de saúde mental e na luta contra as pressões do mercado urbano. A análise da luta pela CAPS-Ponta do Coral como heterotopia permite entender como o serviço, ao resistir à lógica do espaço urbano mercantilizado, oferece um contraponto às dinâmicas hegemônicas da cidade.

Palavras-chave: Direito à cidade; Florianópolis; Saúde Mental; heterotopia

RIGHT TO THE CITY AND RESISTANCE: THE STRUGGLE FOR THE REOPENING OF THE CAPS AT PONTA DO CORAL IN FLORIANÓPOLIS

Abstract: The article addresses the struggle of the AlegreMente Movement for the reopening of Psychosocial Care Center CAPS-Ponta do Coral, which had been closed since 2019 in Florianópolis, and its reopening in 2024. The central hypothesis is that the movement's organized struggle secured the renovation of the CAPS facilities, ensuring its continued presence in its original location, which is valued by the city's real estate and tourism capital. The research is grounded in Henri Lefebvre's concepts of the right to the city and heterotopia, analyzing how the strong sense of belonging among the movement's members was crucial. By exploring mobilization strategies and the dynamics of the struggle, the article highlights the importance of social participation in preserving mental health spaces and resisting the pressures of the urban market. The analysis of the struggle for CAPS-Ponta do Coral as a heterotopia allows for understanding how the service, by resisting the logic of the commercialized urban space, offers a counterpoint to the hegemonic dynamics of the city.

Keywords: Right to the city; Florianópolis; Mental Health; heterotopia.

DERECHO A LA CIUDAD Y RESISTENCIA: LA LUCHA POR LA REAPERTURA DEL CAPS DE PONTA DO CORAL EN FLORIANÓPOLIS

Resumen: El artículo aborda la lucha del Movimiento AlegreMente por la reapertura del Centro de Atención Psicosocial CAPS-Ponta do Coral, cerrado desde 2019 en Florianópolis, y su reapertura en 2024. La hipótesis central es que la lucha organizada por el movimiento garantizó la reforma de las instalaciones del CAPS, brindando las condiciones para su permanencia en su ubicación original, valorizada por el capital inmobiliario y turístico de la ciudad. La investigación se fundamenta en los conceptos de derecho a la ciudad y heterotopía de Henri Lefebvre, analizando cómo el fuerte sentimiento de pertenencia de los miembros del movimiento fue crucial. Al explorar las estrategias de movilización y las dinámicas de lucha, el artículo destaca la importancia de la participación social en la preservación de los espacios de salud mental y en la lucha contra las presiones del mercado urbano. El análisis de la lucha por el CAPS-Ponta do Coral como heterotopía permite entender cómo el servicio, al resistir la lógica del espacio urbano mercantilizado, ofrece un contrapunto a las dinámicas hegemónicas de la ciudad.

Palabras clave: Direito à cidade; Florianópolis; Saúde Mental; heterotopia

INTRODUÇÃO

O Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) da Ponta do Coral, localizado em Florianópolis, é um espaço fundamental para o atendimento de pessoas com sofrimento psíquico na cidade. Em 2019, o CAPS-Ponta do Coral foi fechado, criando um vazio na oferta de serviços essenciais para uma população vulnerável. Tal população foi forçada a frequentar, provisoriamente, um outro espaço com maior dificuldade de acesso e com menor identificação. A promessa do poder público era de que a nova estrutura, que seria entregue até 2020, garantiria a continuidade dos serviços de saúde mental em uma localização estratégica e de fácil acesso. No entanto, a obra foi adiada indefinidamente e o CAPS-Ponta do Coral permaneceu fechado por mais de quatro anos. Apenas em 2024, após intensas mobilizações, o CAPS-Ponta do Coral foi reaberto, mas o processo de luta pela reabertura revelou-se uma disputa não apenas por acesso a serviços de saúde, mas por um direito mais amplo: o direito à cidade.

Este caso se insere em um contexto mais abrangente de debates sobre a gestão urbana, o direito à saúde e as tensões geradas pelo crescimento do mercado imobiliário e do turismo, em Florianópolis. Cidade marcada por uma valorização imobiliária crescente e por sua centralidade turística, tem assistido a um processo de gentrificação, onde bairros de grande valor, como o da Agrônômica¹, onde fica localizado o CAPS -Ponta do Coral em análise, são constantemente pressionados pela especulação do mercado. O fechamento do CAPS -Ponta do Coral em 2019, precedido de um processo de abandono e precarização do espaço físico e dos serviços, podem ser lidos como parte de uma lógica de realocação do público mais vulnerável para áreas menos visadas pelo capital imobiliário, mesmo que de forma velada.

A hipótese central deste artigo é que a luta organizada pelo movimento garantiu a reforma das instalações do CAPS dando condições para sua permanência em sua localização original, valorizada pelo capital imobiliário e turístico da cidade. O Movimento AlegreMente, composto por usuários e apoiadores do CAPS-Ponta do Coral, conseguiu mobilizar uma força de resistência que foi além da simples luta por um serviço de saúde, mas também uma luta pelo direito de permanecer em um espaço que simboliza a luta por dignidade e acessibilidade no contexto urbano.

Para compreender as dinâmicas envolvidas na reabertura do CAPS-Ponta do Coral, este artigo utiliza os conceitos de *direito à cidade* e *heterotopia*, ambos desenvolvidos por Henri Lefebvre (1968, 1974), como base para a análise. O *direito à cidade* pode ser entendido como o direito dos cidadãos de participarem ativamente na construção e transformação da cidade, reivindicando espaços que atendam às suas necessidades sociais e culturais, além de garantir que a cidade não seja apenas um lugar de consumo, mas um lugar de convivência e inclusão. A *heterotopia*, por sua vez, oferece uma perspectiva para compreender o CAPS-Ponta do Coral

¹ O bairro da Agrônômica foi considerado o bairro mais valorizado de Florianópolis. Conferir: <https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/10/18/bairro-mais-nobre-de-florianopolis-oferece-vista-para-o-mar-e-tem-o-m-mais-valorizado-da-cidade-saiba-qual-e.ghtml>

como um espaço alternativo dentro da cidade mercantilizada, um lugar que desafia as lógicas dominantes da urbanização e cria uma "ilha" de resistência à normalização dos espaços urbanos.

O objetivo deste artigo é analisar como o Movimento AlegreMente, ao mobilizar o sentimento de pertencimento dos usuários do CAPS-Ponta do Coral, utilizou esse vínculo afetivo com o espaço como um elemento-chave na luta pela permanência do serviço no valorizado bairro da Agrônômica. A resistência ao capital imobiliário e a reivindicação do direito à cidade serão exploradas como dimensões centrais dessa mobilização.

1. CONTEXTUALIZAÇÃO: O CAPS DA PONTA DO CORAL

Segundo Fontana (2019, p.7) os serviços de atenção à saúde mental em Florianópolis podem ser divididos em 4 períodos: «antes (da atenção à saúde mental no modelo manicomial às condições para a criação do CAPS), de 1996 a 2002 (a paixão dos ideais e novas experiências), de 2003 a 2008 (modelo e referência de atenção à saúde mental, mas início de embates político-ideológicos) e de 2009 a 2011 (reestruturação da rede de saúde mental do município e mudanças no serviço)».

Segundo informações obtidas com a atual coordenadora do CAPS, em 26 de novembro de 1996, ele foi instalado no bairro da Agrônômica, num casarão pertencente ao Governo do Estado de Santa Catarina, que cedeu seu uso provisoriamente à Prefeitura Municipal de Florianópolis. A partir desse momento, ele passou a ser conhecido como CAPS-Ponta do Coral pela proximidade com a península que existe próxima, com essa toponímia

O CAPS-Ponta do Coral, pela sua localização estratégica no centro de Florianópolis, desempenha um papel crucial no atendimento em saúde mental, favorecendo o acesso de usuários de diferentes bairros e promovendo a integração territorial e social. Contudo, ao longo da última década, esse equipamento tem sido alvo de um processo sistemático de sucateamento, que reflete tanto a precarização da saúde pública no Brasil durante o governo Bolsonaro, quanto os conflitos de interesses envolvendo o valioso terreno onde está situado.

Desde 2016, o CAPS II da Ponta Coral enfrentou uma redução contínua de sua equipe técnica, descumprindo a portaria nº 336/2002, que estabelece os critérios mínimos para o funcionamento de unidades dessa natureza. Em 2019, um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) foi firmado entre a prefeitura, o Ministério Público de Santa Catarina e a Associação AlegreMente para garantir as reformas estruturais do espaço. Contudo, passados 12 meses e após cinco vistorias, nenhuma obra havia sido iniciada. Em 2020, sem a participação da Associação, o TAC foi suspenso indefinidamente, simbolizando o descompromisso da gestão municipal com a saúde mental e a transparência pública (Caricati e Mussi, 2020).

Esse cenário agravou-se com a falta de manutenção das instalações, o desfalque de servidores e a descontinuidade de serviços, que culminaram no fechamento do CAPS-Ponta do Coral, em 2019. A reabertura, apenas em 2024, foi fruto de uma mobilização liderada pela

Associação AlegreMente, que congregou usuários, trabalhadores e movimentos sociais. Essa luta denunciou o impacto do sucateamento e da retirada de recursos, enquanto enfrentava a ameaça de remoção do CAPS para outro local, possivelmente mais periférico, em favor de interesses do mercado imobiliário e turístico.

A permanência do CAPS II na Ponta do Coral representa uma vitória significativa para a saúde mental e o direito à cidade. Mais do que um espaço clínico, o CAPS tornou-se símbolo de resistência e pertencimento, integrando usuários ao território e reafirmando sua autonomia. As mobilizações, que incluíram protestos, ações judiciais e parcerias com entidades acadêmicas, demonstram a importância da participação popular na defesa de políticas públicas inclusivas e no enfrentamento de retrocessos que ameaçam a democratização do acesso à saúde.

2. MOVIMENTO ALEGREMENTE: LUTA E RESISTÊNCIA

A AlegreMente é uma associação, sem fins lucrativos, constituída por usuários do CAPS-Ponta do Coral, familiares, estudantes da rede pública e privada e voluntários, que luta por uma sociedade sem manicômios e com um tratamento digno, em liberdade, no território, amparada pelo cumprimento da lei 10.216/2001 da reforma psiquiátrica. Ela desempenha um papel fundamental na defesa dos direitos das pessoas com transtornos mentais em Florianópolis, com foco na ampliação do acesso à saúde mental pública e na luta antimanicomial. Sua sede encontra-se em espaço cedido pela prefeitura no próprio CAPS-Ponta do Coral.

Desde a sua fundação, a entidade tem se mobilizado contra o desmonte dos serviços públicos de saúde mental, como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), pela implementação completa da Rede de Atenção Psicossocial - RAPS no município de Florianópolis e promovido ações de acolhimento e reintegração social.

Em 2018, por solicitação da Associação Alegremente, foi criada na Câmara de Vereadores de Florianópolis, a Frente Parlamentar de Saúde Mental com o objetivo de articular, debater e encaminhar ações que possibilitem o desenvolvimento e o fortalecimento da política pública de Saúde Mental, em Florianópolis (Florianópolis, 2018).

Uma das lutas mais emblemáticas da AlegreMente foi a fiscalização das obras do CAPS-Ponta do Coral II, fruto de um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) firmado em 2019, já citado. Apesar do compromisso firmado entre a associação, o poder público e o Ministério Público, as obras não avançaram, evidenciando negligência na execução das políticas públicas de saúde mental. A associação também denunciou a priorização de comunidades terapêuticas em detrimento dos CAPS, criticando a privatização e a "manicomialização" dos cuidados em saúde mental, em contrariedade à Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e aos princípios do SUS.

Além disso, a AlegreMente se destacou em projetos de inclusão cultural e cidadania, como a parceria com a Faculdade CESUSC, que utilizou recursos artísticos e oficinas terapêuticas para

ampliar as redes de apoio e promover maior autonomia dos usuários do CAPS -Ponta do Coral (Brognoli, Correa, Spillere, 2018). Essa abordagem interdisciplinar aproximou a saúde mental das práticas educativas, criando espaços de acolhimento e reduzindo o estigma relacionado aos transtornos mentais.

Figura 1: Movimento Alegre Mente diante do CAPS -Ponta do Coral em ruínas



Fonte: os autores.

3. UM ESPAÇO URBANO VALORIZADO EM DISPUTA

A localização estratégica do CAPS-Ponta do Coral, uma área de alta valorização imobiliária em Florianópolis, evidencia a confluência entre os interesses do capital privado e as ações do poder público. A prefeitura, em vez de priorizar a manutenção e reforma do equipamento público, parece ter permitido a deterioração deliberada do espaço, apostando no abandono como argumento para justificar futuros usos voltados ao mercado imobiliário e ao turismo de luxo.

Figura 2: O CAPS e a Ponta do Coral



Nota: a localização do CAPS -Ponta do Coral na área mais valorizada da cidade é motivo de uma disputa entre a cidade como direito e a cidade como mercado.

Fonte: Abreu (2015)

Esse comportamento não é um caso isolado na história da Ponta do Coral. Desde os anos 1980, a área tem sido objeto de intensas disputas entre a sociedade civil, que defende seu uso como espaço público, e interesses privados, que buscam transformá-la em um empreendimento turístico de alto padrão. A tentativa de construir um hotel de 18 andares exemplifica a força dessas pressões, que frequentemente contam com o apoio direto ou indireto do poder público. A transformação da área de "Verde de Lazer" para "Turística de Lazer" no Plano Diretor de 2014, seguida da emissão de decretos municipais permitindo a construção de um empreendimento incompatível com as normas, revela o alinhamento entre os interesses políticos e econômicos (Abreu, 2015).

O caso do CAPS-Ponta do Coral insere-se nesse contexto de negligência calculada. A localização do equipamento numa área tão disputada transforma-o em um obstáculo ao "pleno aproveitamento" do terreno sob a lógica do mercado. Assim, o poder público não apenas deixou de investir na sua manutenção, mas também silenciou sobre sua importância para a comunidade local, que vê na presença do CAPS-Ponta do Coral não apenas um serviço de saúde, mas um símbolo de resistência e pertencimento à cidade.

O histórico da Ponta do Coral, que inclui a venda irregular de terras públicas, as manobras legislativas para flexibilizar seu uso e a omissão diante da especulação (Abreu, 2015), ecoa no tratamento dado ao CAPS-Ponta do Coral. Esse padrão reforça a visão de que áreas públicas

estratégicas são frequentemente abandonadas para favorecer interesses privados. Por outro lado, as lutas sociais em defesa da Ponta do Coral e pela reabertura do CAPS-Ponta do Coral reafirmam a centralidade do direito à cidade, à memória e aos usos coletivos frente à mercantilização dos espaços urbanos.

Nesse embate, a população organizada não luta apenas contra a apropriação do espaço pela elite econômica, mas também pela preservação de uma Florianópolis mais inclusiva e justa, onde equipamentos como o CAPS-Ponta do Coral e áreas como a Ponta do Coral possam continuar a servir à coletividade e resistir às investidas do mercado.

4. DIREITO À CIDADE E HETEROTOPIA: UMA ANÁLISE CONCEITUAL

A luta pela reabertura do CAPS da Ponta do Coral em Florianópolis envolve uma complexa articulação entre o direito à cidade e a resistência a forças mercantilizadoras que buscam redefinir o espaço urbano. Neste contexto, o conceito de direito à cidade de Henri Lefebvre oferece uma compreensão essencial sobre como os cidadãos podem reivindicar e transformar os espaços urbanos para que se tornem mais inclusivos e acessíveis. Essa luta não se limita apenas à preservação de um serviço de saúde, mas também à manutenção de um espaço que já foi coletivamente apropriado, funcionando como um ponto de apoio e convivência para a comunidade. Nesse cenário, a análise do CAPS - Ponta do Coral à luz da teoria de Lefebvre permite entender como esse espaço se configura como uma heterotopia, um território alternativo que resiste às lógicas de mercado e se afirma como um refúgio para práticas de cuidado e solidariedade.

4.1. DIREITO À CIDADE

O conceito de direito à cidade de Henri Lefebvre oferece uma base fundamental para compreender a luta do Movimento AlegreMente pela reabertura do CAPS-Ponta do Coral. Para Lefebvre, o direito à cidade vai além da simples possibilidade de habitar os espaços urbanos, abrangendo o direito de todos os cidadãos de participar da construção, transformação e apropriação desses espaços. O direito à cidade é, portanto, uma reivindicação por uma cidade democrática, inclusiva e acessível a todas as camadas da população, sem discriminação ou segregação (Lefebvre, 1968).

No contexto da luta pelo CAPS-Ponta do Coral, a resistência dos membros do Movimento AlegreMente reflete essa reivindicação central do direito à cidade. O fechamento do CAPS-Ponta do Coral representou uma ameaça ao acesso de um grupo vulnerável – pessoas com transtornos mentais – a um serviço essencial de saúde pública, o que, sob a ótica de Lefebvre, pode ser visto como uma tentativa de marginalização desses cidadãos de um espaço urbano que deveria ser de todos. A disputa pela localização do CAPS-Ponta do Coral, no entanto, não se dá apenas em termos de acesso ao serviço, mas também como uma batalha contra as pressões do capital imobiliário, que vê na área da Ponta do Coral uma região de grande valor

econômico, devido à sua proximidade com o litoral, a intenção histórica da construção de um hotel próximo ao local do CAPS-Ponta do Coral e o centro da cidade. A deterioração e o fechamento do CAPS-Ponta do Coral podem ser interpretados como uma ação que visa "limpar" a região de funções sociais não lucrativas, favorecendo a especulação imobiliária e o turismo.

A luta pelo direito à cidade no caso do CAPS-Ponta do Coral também é uma luta pela permanência em um espaço já apropriado coletivamente pelos usuários e pelos membros do movimento. O CAPS-Ponta do Coral, como um local de cuidado e acolhimento, representa não apenas um serviço de saúde, mas um ponto de convivência, um espaço vivido que se insere nas dinâmicas sociais e afetivas da comunidade. Ele não é apenas um edifício, mas um lugar de experiências, de cuidados, e de formação de uma identidade coletiva para aqueles que ali se encontram. Essa apropriação coletiva do espaço é um exemplo claro de como o direito à cidade se traduz na prática: não apenas pela presença física, mas pela capacidade dos cidadãos de transformar e dar significado ao espaço urbano, com base em suas necessidades sociais e culturais.

4.2. O CAPS COMO HETEROTOPIA

O conceito de *heterotopia*, também proposto por Lefebvre, oferece uma lente teórica importante para analisar o CAPS-Ponta do Coral dentro da cidade de Florianópolis. Lefebvre descreve as heterotopias como espaços "outros", que operam fora das lógicas dominantes do espaço social e urbano (Lefebvre, 1974). São espaços que desafiam e subvertem a ordem estabelecida, funcionando como "ilhas" de resistência e alternativas às normas e estruturas hegemônicas. O CAPS-Ponta do Coral pode ser interpretado como uma heterotopia, pois oferece um ambiente de cuidado e acolhimento que contrasta com a lógica mercantilizada da cidade.

Em uma cidade como Florianópolis, marcada por altos índices de valorização imobiliária e pela crescente pressão do turismo, o movimento pela permanência do CAPS na área próxima à Ponta do Coral ocupa um lugar subversivo ao resistir à transformação do espaço urbano em um produto para consumo. Ele se afasta da ideia de cidade mercantilizada, na qual o espaço público e os serviços são tratados como commodities. Ao invés disso, o CAPS-Ponta do Coral oferece um espaço onde práticas de cuidado, solidariedade e resistência à exclusão social são centrais. A sua existência dentro da área da Ponta do Coral representa um desafio à lógica neoliberal de uma cidade voltada ao lucro e ao mercado, ao garantir um espaço de cuidado e saúde mental que não visa o lucro, mas o bem-estar coletivo.

Além disso, o CAPS-Ponta do Coral funciona como um refúgio para relações sociais que não se alinham com as normas estabelecidas pela cidade hegemônica. Ao contrário de outras partes da cidade, onde a interação social é muitas vezes marcada pela competitividade, pela especulação imobiliária e pela exclusão, o CAPS-Ponta do Coral permite que os indivíduos desenvolvam novas formas de sociabilidade, baseadas na empatia, no cuidado e na

convivência. Nesse sentido, ele se torna um espaço de resistência não apenas à marginalização social, mas também à lógica do espaço urbano que prioriza os interesses do capital sobre as necessidades das pessoas.

O CAPS-Ponta do Coral, assim, não é apenas um serviço de saúde, mas um território de construção de uma urbanidade alternativa. Sua reabertura, após a mobilização do Movimento AlegreMente, reafirma o direito à cidade das pessoas com sofrimento psíquico e garante que esse espaço não seja apropriado pelas dinâmicas exclusivas do mercado imobiliário e turístico. Ao ser reaberto em sua localização original, o CAPS-Ponta do Coral resiste à pressão da cidade mercantilizada e mantém sua função de ser um espaço coletivo, vivido e apropriado por aqueles que mais necessitam de um refúgio dentro da cidade.

5. CAPITAL, CRESCIMENTO URBANO E A RESISTÊNCIA AO MODELO DE DESENVOLVIMENTO EM FLORIANÓPOLIS

A análise do crescimento urbano em Florianópolis não pode ser dissociada da crescente valorização imobiliária e do avanço de interesses turísticos, em consonância com a lógica de um desenvolvimento que privilegia o capital. Florianópolis, com seu território predominantemente insular e de grande apelo turístico, tem sido marcada por uma disputa territorial crescente, impulsionada pela alta valorização do metro quadrado, que a coloca entre as capitais brasileiras com os maiores preços. Esse fenômeno se relaciona diretamente à forma como os diversos setores econômicos, especialmente o turismo e a construção civil, têm alinhado seus interesses na busca por um crescimento "sustentável", mas, na prática, voltado para o atendimento das demandas do capital.

Desde os anos 1980, a cidade tem adotado um modelo de crescimento que favorece a construção de grandes empreendimentos, como shoppings e hotéis, ao mesmo tempo em que intensifica a pressão sobre os espaços urbanos mais valorizados. Esse modelo está intrinsecamente ligado ao pensamento de *máquina de crescimento* descrito por Molotch (1976) e Logan e Molotch (1986), no qual diferentes atores – como a construção civil, a indústria turística e os governos municipais – se articulam para promover o crescimento da cidade. O poder público, alinhado a esses interesses, tem preparado o território para receber investimentos, o que inclui a melhoria de infraestrutura, a adequação de legislações urbanas e a criação de um ambiente favorável para os investidores privados.

No entanto, esse modelo de desenvolvimento se distorce ao se sobrepor às necessidades dos grupos não hegemônicos, aqueles que, como o Movimento AlegreMente, defendem o direito ao espaço urbano e à permanência em locais valorizados. A luta pela reabertura do CAPS - Ponta do Coral ilustra um claro exemplo de resistência a esse pensamento estruturado de crescimento, mesmo que não de forma verbalizada e consciente.

Documentos como o *Floripa 2030* (Floripamanhã, 2016), que articula a visão de crescimento da principal coalizão pró-crescimento da cidade, as ações dos agentes privados e do governo municipal têm seguido uma lógica estratégica que privilegia a especulação imobiliária. O *Floripa 2030* funciona como uma espécie de "pensamento estruturado", orientando as políticas públicas e privadas para promover o crescimento da cidade a partir da lógica de mercado, ao passo que a verdadeira questão de inclusão e participação social é, muitas vezes, superficialmente abordada.

Neste contexto, o direito à cidade e a luta pela reabertura do CAPS-Ponta do Coral se colocam como uma forma de resistência a esse modelo hegemônico, ao qual se opõem as narrativas que buscam transformar a cidade em um espaço de exclusão, onde o capital imobiliário e o turismo ditam as regras do jogo. A mobilização do Movimento AlegreMente exemplifica a importância do direito à cidade como uma ferramenta de resistência contra as transformações impostas por um crescimento que, em última instância, não atende às necessidades sociais de uma parcela significativa da população.

Figura 1: CAPS -Ponta do Coral reconstruído



Fonte: Divulgação/Leonardo Sousa-PMF/ND

Portanto, a resistência do Movimento Alegremente não se limita à luta pela manutenção de um serviço de saúde mental, mas também envolve uma disputa pela manutenção de uma cidade mais inclusiva, onde o espaço urbano seja, de fato, um direito de todos. A articulação entre o capital, o governo e as elites locais, conforme descrito no conceito de *máquina de*

crescimento, é central para entender a lógica por trás do fechamento e do deslocamento do CAPS -Ponta do Coral, mas a resposta da sociedade civil, como evidenciado pela mobilização em torno do CAPS -Ponta do Coral, mostra que há um potencial de resistência que questiona as bases do crescimento urbano pautado pela exclusão e pela mercantilização do espaço.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reabertura do CAPS-Ponta do Coral em 2024 representa uma vitória significativa não apenas para os usuários do serviço, mas também para a luta pelo direito à cidade em Florianópolis. Ao longo de mais de quatro anos de mobilizações intensas, o Movimento AlegreMente demonstrou a importância da participação popular na defesa de espaços públicos essenciais, que são muitas vezes negligenciados ou até desconsiderados em favor de interesses privados, como o mercado imobiliário e o turismo. A resistência pela permanência do CAPS na sua localização original revela que a luta por saúde mental é, também, uma luta mais ampla pela justiça social e pela preservação de espaços urbanos inclusivos e acessíveis.

A aplicação dos conceitos de direito à cidade e heterotopia, conforme discutido por Henri Lefebvre, oferece uma compreensão profunda da resistência em torno do CAPS-Ponta do Coral. O movimento não lutou apenas pela manutenção de um serviço de saúde, mas pela preservação de um espaço que, ao longo dos anos, se tornou símbolo de pertencimento e de resistência à lógica mercantilizada que ameaça transformar a cidade em um mero produto para consumo. Nesse sentido, a luta pela reforma e manutenção do CAPS-Ponta do Coral configura-se como uma heterotopia: um espaço "outro" que se opõe às normas da cidade capitalista, funcionando como um refúgio para as práticas de cuidado e solidariedade.

A mobilização do Movimento AlegreMente também ilustra a importância do sentimento de pertencimento para fortalecer as lutas sociais. A identificação dos usuários com o espaço e a sua centralidade na luta pela reabertura demonstram que, quando as comunidades se apropriam de um território, ele se torna mais do que uma simples área geográfica: transforma-se em um símbolo de resistência e de luta por direitos. A manutenção do CAPS próximo à área da Ponta do Coral, portanto, não é apenas uma vitória no campo da saúde mental, mas também uma vitória na disputa pelo direito à cidade, que inclui a resistência à especulação imobiliária e ao processo de gentrificação que vem moldando as cidades brasileiras.

Por fim, a reabertura do CAPS-Ponta do Coral reforça a necessidade de uma abordagem mais crítica e inclusiva no planejamento urbano, que considere as necessidades sociais e culturais das comunidades locais. A luta pelo direito à cidade, exemplificada por esse caso, evidencia que é possível resistir à lógica do mercado e à marginalização dos espaços urbanos, garantindo que a cidade seja, de fato, um lugar de todos. Essa experiência, assim, não se limita

ao contexto de Florianópolis, mas serve de referência para outras cidades que enfrentam desafios semelhantes, na busca por um urbanismo mais justo, democrático e solidário.

REFERÊNCIAS

ABREU, Míriam Santini de Ponta do Coral é. In: <https://www.sindaspisc.org.br/blog/meio-ambiente/artigo-ponta-do-coral-e>. 2015

BRASIL. Lei 10.216/2001.

BROGNOLI, Felipe. CORREA, Alessandra de Lima. SPILLERE, Fernando. Projeto arte, cultura e cidadania: parceira com a associação alegremente e o CAPS II – Ponta do Coral. Cadernos de Iniciação Científica/CESUSC. 2018

CARICATE, Mathaus e MUSSI, José. Serviço Público de Saúde Mental ameaçado em Florianópolis. In: <https://averdade.org.br/2020/12/servico-publico-de-saude-mental-ameacado-em-florianopolis/>. 2020.

FLORIANÓPOLIS. Requerimento nº 00244/2018. Câmara de Vereadores de Florianópolis, 2018.

FONTANA, Livia Maria. Do nascimento ao debut: contando histórias sobre os 15 anos do CAPS II Ponta do Coral. Dissertação de Mestrado em Psicologia. Universidade Federal de Santa Catarina

Lefebvre H. Le Droit à la ville, Paris : Anthropos, 1968, 166 p.

Lefebvre H. La Production de l'espace, Paris : Anthropos, 1974, 485 p.

LOGAN, J. R.; MOLOTCH, H. Urban Fortunes: The political economy of place. Berkeley: The University of California Press, 1986

MOLOTCH, H. The city as a growth machine. American Journal of Sociology, V. 82, no. 2, P. 309-332, Setembro de 1976

O GLOBO. Bairro mais nobre de Florianópolis oferece vista para o mar e tem o m² mais valorizado da cidade; saiba qual é. In: <https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/10/18/bairro-mais-nobre-de-florianopolis-oferece-vista-para-o-mar-e-tem-o-m-mais-valorizado-da-cidade-saiba-qual-e.html>

